

**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
INFRAESTRUTURAS**

Entre:

Município da Marinha Grande, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representado por Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante,

e

Sporting Clube Marinhense, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, 2430-091 Marinha Grande, NIPC 501150544, representada por Vasco Santos, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o n.º 1 do artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (Regime Jurídico das Autarquias Locais).
- c) Os apoios ou comparticipações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).
- d) As entidades beneficiárias de apoios ou comparticipações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o n.º 4 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro.
- e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

É celebrado o presente contrato-programa nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª**Objeto do contrato**

O presente contrato tem por objeto a atribuição de uma subvenção pública, de natureza financeira, para a execução de obras de **reparação da cobertura e colocação do sistema de ventilação do Pavilhão n.º 1**, de acordo com candidatura apresentada pela entidade beneficiária, que se anexa e dá por integralmente reproduzido.

Cláusula 2.ª**Obrigações do segundo outorgante**

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- b) Assegurar a afetação todos os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos exclusivamente à execução do programa objeto deste contrato;
- c) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- d) Prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;

CONTRATO PROGRAMA DDC 56-2021





- e) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- f) Elaborar e enviar à entidade concedente, **até 31 de dezembro de 2022**, um relatório final sobre a execução do contrato-programa, designadamente sobre os resultados alcançados e os custos envolvidos (receitas e despesas) acompanhado de documentos comprovativos da despesa e de documentos oficiais e/ou públicos relativos ao objeto do contrato, no montante de **53.897,37€**, correspondente ao orçamento detalhado que acompanha o processo de candidatura;
- g) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa;
- h) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, beneficiários e outros, a celebração deste contrato-programa;
- i) Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato-programa e a identificação das receitas nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019;
- j) Certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas, se aplicável, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019, até ao limite do prazo estipulado para submissão de contas da entidade beneficiária, da comparticipação à Autoridade Tributária.

Cláusula 3.ª

Duração do contrato

Sem prejuízo do disposto na cláusula 5.ª o contrato vigora até ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela entidade beneficiária.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

- 1 – O primeiro outorgante compromete -se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante através de subsídio, no montante de **32.122,83€** (trinta e dois mil cento e vinte e dois euros e oitenta e três cêntimos), correspondente a **59,60%** do orçamento total de despesa apresentada no processo de candidatura para apoio à **reparação da cobertura e colocação do sistema de ventilação do Pavilhão n.º 1**, objeto do presente contrato;
- 2 - O apoio financeiro corresponde ao valor dos custos previstos para a prossecução do objeto do contrato-programa na componente relativa ao apoio à **reparação da cobertura e colocação do sistema de ventilação do Pavilhão n.º 1**;
- 3 – A comparticipação financeira é liquidada após a celebração do contrato-programa;
- 4 – Para efeitos do disposto no número anterior a entidade beneficiária de apoios financeiros deve prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;
- 5 - O pagamento da comparticipação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais e para com a segurança social;
- 6 - A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na **seguinte classificação económica:06/080701; cabimento n.º 1171/2021; compromisso n.º 989/2021**;
- 7 – Em caso algum, será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano de 2022 e subsequentes;
- 8 – Apenas serão suportados os encargos diretamente relacionados com objeto do presente contrato e até ao limite estabelecido no n.º 1.

Cláusula 5.ª

Acompanhamento e controlo deste contrato

- 1 – O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
- 2 – A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.
- 3 – A entidade beneficiária da comparticipação financeira inclui nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do contrato-programa.
- 4 - A execução do objeto do presente contrato deve ser acompanhada pelos serviços municipais responsáveis pela sua gestão, no termo da qual deve ser elaborado um relatório fundamentado.
- 5 – A entidade beneficiária da comparticipação financeira envia até **31 de dezembro de 2022**, relatório de receitas e despesas no âmbito do presente contrato, com inclusão de fotografias, assim como os documentos comprovativos, de todas as despesas efetuadas no exercício económico de 2022, relativas ao presente contrato, para efeitos de certificação dos originais das faturas,

CONTRATO PROGRAMA DDC 56-2021





recibos e extratos bancários comprovativos do desconto do cheque ou outra forma de pagamento utilizada, no montante de **53.897,37€**, correspondente ao orçamento detalhado que acompanha o processo de candidatura.

6 – A entidade beneficiária deve ainda mencionar no relatório final, constante do número anterior, se recebeu qualquer outro apoio proveniente de uma entidade pública, que seja suscetível de se refletir no cômputo global do apoio concedido em função do valor total do apoio considerado.

Cláusula 6.ª **Gestão e manutenção**

1 – Os bens adquiridos ao abrigo do presente contrato e o prédio em que foram instalados integram o património do **Sporting Clube Marinhense**.

2 – A gestão e manutenção das obras de conservação e reabilitação das instalações, constantes na cláusula 1.ª, são da exclusiva responsabilidade do **Sporting Clube Marinhense**.

Cláusula 7.ª **Revisão**

O presente contrato pode ser modificado nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

Cláusula 8.ª **Suspensão**

Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais, para com a segurança social ou para com a entidade concedente.

Cláusula 9.ª **Cessação**

1 – O presente contrato cessa:

- Quando estejam concluídas todas as obrigações assumidas pelo segundo outorgante;
- Quando, por causa imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
- Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019;
- Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea j) da cláusula 2.ª.

2 – A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

3 – A cessação antecipada do contrato é precedida de audiência do segundo outorgante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 10.ª **Direito à restituição**

1 – O incumprimento culposo do contrato-programa, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à entidade concedente o direito a reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.

2 - É aplicável o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

3 – O incumprimento do n.º 1, da cláusula 6.ª implica a devolução, parcial ou total, da comparticipação financeira objeto deste contrato, em função dos respetivos efeitos, pela qual respondem solidariamente os membros da direção do segundo outorgante.

Cláusula 11.ª **Publicidade**

O presente contrato deve ser publicitado na página eletrónica da Câmara Municipal da Marinha Grande nos termos do n.º 1, do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

CONTRATO PROGRAMA DDC 56-2021



**Cláusula 12.ª****Omissões**

1. Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019, e as demais normas de direito administrativo, bem como o disposto nos regulamentos municipais aplicáveis.
2. Quaisquer outras situações serão resolvidas pela Câmara Municipal da Marinha Grande.

Cláusula 13.ª**Efeitos**

1. O presente contrato produz efeitos reportados à data da deliberação da Câmara Municipal.
2. O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação de 23 de dezembro de 2021.

Marinha Grande, 28 de dezembro de 2021.

1º Outorgante

Sporting Clube Marinense



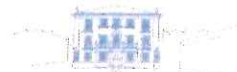
N.I.F. 501 150 544

2º Outorgante DE LEIRIA, 111

E M B R A

DE MARINHA GRANDE

CONTRATO PROGRAMA DDC 56-2021



CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO
DE MARINHA GRANDE

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

30 SET. 2020

REQUERIMENTO DE CANDIDATURA

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA

10267/2020


 Presidente do Gabinete
Nelson José N Araújo

PROGRAMA DE APOIO A INFRAESTRUTURAS ANO 2021

Nome	SPORTING CLUBE MARINHENSE															PRESENTE NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 28.12.2020 Flg					
Morada	RUA DE LEIRIA Nº 111																				
Código Postal	2430-91 MARINHA GRANDE																				
NIF	501150544					Telefone / Telemóvel															
NIB	0	0	7	9	0	0	0	0	7	2	5	7	7	0	2	8	1	0	1	4	1
Nome do Responsável	Mário Mendes																				
Cargo	Presidente															PRESENTE NA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA 23.12.2021 Flg					

DESIGNAÇÃO DO PROJETO

Reparação da cobertura e colocação de sistema de ventilação no Pavilhão

DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO A REALIZAR

A reparação urgente da cobertura do pavilhão principal deve-se ao facto de existirem várias zonas nas uniões das telhas com infiltrações, assim sendo quando as condições climatéricas estão mais adversas torna-se impraticável qualquer tipo de desporto no pavilhão. Com os campeonatos de hóquei em patins e basquetebol a iniciarem em meados de Outubro do decorrente ano e não havendo no concelho outro pavilhão gimnodesportivo com as condições necessárias e disponibilidade para a prática das modalidades, é urgente ser realizada a reparação da cobertura na zonas onde há as infiltrações para isso preve-se a colocação de uma cumeeira devidamente aplicada com os materiais necessários para um bom acabamento em todo o comprimento da união das telhas. A instalação do sistema de ventilação permitirá a redução das amplitudes térmicas, diminuindo a humidade relativa do ar, por forma a reduzir o risco de lesões e impossibilidade de realização de treinos e jogos.

Esta intervenção tem carácter urgente, já que as consequências são a não realização de jogos, com muitas pesadas para o Clube. Assim, vamos inciar as intervenções de imediato, havendo a possibilidade de haver facturas a pagar já em 2020.

OBJETIVOS/METAS QUE SE PROPÕE ATINGIR

A intervenção a que nos propomos nesta candidatura têm como objectivo a melhoria das condições existentes no pavilhão para a prática das três modalidades desenvolvidas pelo Sporting Clube Marinhense, únicas no concelho e com presenças nos diferentes campeonatos nacionais.

QUANTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS COM A EXECUÇÃO DO PROJETO

Com a reparação das infiltrações existentes na cobertura do pavilhão, os treinos e jogos quando as condições climatéricas estão mais adversas podem-se realizar sem transtorno, garantindo assim as condições de segurança para a prática desportiva, que por sua vez permitirá manter e aumentar o número os atletas, reduzir os custos com alugueres de pavilhões alternativos nos concelhos vizinhos para treinos e jogos.

IMPORTÂNCIA E INTERESSE DO PROJETO PROPOSTO PARA O MUNICÍPIO/COMUNIDADE

Com a subida ao Campeonato Nacional da 1ª Divisão no Basquetebol e com a aposta na subida à 1ª Divisão Nacional no Hóquei em Patins, é imperioso apresentar as melhores condições de segurança para todos os agentes desportivos envolvidos, nomeadamente, as crianças que praticam as modalidades do Sporting Clube Marinhense. Assim, a Marinha Grande estará sempre conotada com O Sporting Clube Marinhense



em toda a sua grandeza, reconhecimento nacional no Panorâma desportivo e Concelho que apresenta boas condições para a prática desportiva.

RELEVÂNCIA PARA A PROJEÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO

O actual projecto visa dar continuidade às ambições de todos os Marinhenses, com a apresentação de pavilhões dignos da prática desportiva ao mais alto nível.

DESCRIÇÃO DO CARÁTER INOVADOR DO PROJETO A DESENVOLVER

O Sporting Clube Marinhense a exemplo de outros grandes Clubes a nível Nacional, procura estar na vanguarda da tecnologia desportiva, do treino desportivo. Assim, a melhoria das condições por via da intervenção proposta é uma aposta na melhoria das condições de habitabilidade do pavilhão.

N.º DE DESTINATÁRIOS/BENEFICIÁRIOS PREVISTOS E QUAIS

Todos os atletas do Sporting Clube Marinhense e todos os Marinhenses que dele queiram usufruir. 39.000 cidadãos Marinhenses.

ATIVIDADE DE CONTINUIDADE	NÃO	<input type="checkbox"/>	SIM	<input checked="" type="checkbox"/>	HÁ QUANTO TEMPO	81 anos
---------------------------	-----	--------------------------	-----	-------------------------------------	-----------------	---------

IDENTIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS PROGRAMAS JÁ REALIZADOS OU EM CURSO DE EXECUÇÃO NA MESMA ÁREA OU EM ÁREAS CONEXAS, SE OS HOVER

PRESENTE NA REUNIÃO
DE CÂMARA DE
28.12.2020 *Fibg*

PRESENTE NA REUNIÃO DE
CÂMARA EXTRAORDINÁRIA
23.12.2021 *Fibg*



PRESENTE NA REUNIÃO
DE CÂMARA DE
28.12.2020 *Fhg*

PRESENTE NA REUNIÃO DE
CÂMARA EXTRAORDINÁRIA
23.12.2021 *Fhg*

ORÇAMENTO DISCRIMINADO

ORÇAMENTO DA DESPESA SEM IVA		ORÇAMENTO DA RECEITA	
Designação	Valor	Designação	Valor
Orçamento de ventilação	32 372,37 €	Apoio Câmara Municipal	50 000,00 €
Orçamento Reparação cobertura	21 525,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
	0,00 €		0,00 €
TOTAL DO ORÇAMENTO DA DESPESA	53 897,37 €	TOTAL DO ORÇAMENTO DA RECEITA	50 000,00 €

PRESENTE NA REUNIÃO
DE CÂMARA DE
28.12.2020 *Fbg*

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



**FORAM SOLICITADOS OU ESPERAM RECEBER OUTROS APOIOS
FINANCEIROS/LOGÍSTICOS:**

SIM NÃO

QUAIS E DE QUE ENTIDADES

PRESENTE NA REUNIÃO DE
CÂMARA EXTRAORDINÁRIA
23.12.2021 *Fbg*

MONTANTE DO APOIO FINANCEIRO PRETENDIDO

50.000,00€ - cinquenta mil euros

DOCUMENTOS DE ENTREGA OBRIGATÓRIA

- Memória descritiva e mapa de trabalhos com as quantidades e respetiva previsão de custos, com indicação expressa do montante total do investimento com IVA e respetiva taxa. Caso se aplique IVA com taxas diferentes, apresentar os valores parciais com as taxas aplicadas;	<input checked="" type="checkbox"/>
- Cópia atualizada do título de registo na conservatória;	<input type="checkbox"/>
- Calendário e prazo global de execução do projeto/programa de desenvolvimento desportivo, e respetivo cronograma financeiro;	<input type="checkbox"/>
- Fotografias do estado atual das infraestruturas e peças desenhadas do que se pretende executar no âmbito do projeto apresentado em sede de candidatura;	<input type="checkbox"/>
- N.º de processo de construção da CMMG;	<input type="checkbox"/>
- Cópia da licença de obras emitida pela CMMG ou comprovativo do envio de comunicação prévia à CMMG – obras isentas de controlo prévio nos termos do RJUE e RMEU;	<input type="checkbox"/>
- Declaração em como a titularidade, gestão e manutenção dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do projeto candidatado ficará a pertencer à entidade beneficiária, ou do destino dos bens adquiridos ou construídos se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade beneficiária do apoio financeiro, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção;	<input type="checkbox"/>
- Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios, e respetivas condições;	<input type="checkbox"/>
- Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;	<input type="checkbox"/>
- Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso, de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;	<input type="checkbox"/>
- Se estiver prevista a participação de terceiras entidades na concretização do projeto, devem estas ser igualmente identificadas na candidatura, com indicação dos respetivos direitos e obrigações;	<input type="checkbox"/>
- Indicação sobre se se trata de um pedido de apoio para a realização integral de um projeto ou se se trata de um projeto a ser realizado por fases;	<input type="checkbox"/>
Se se tratar de um projeto a implementar por fases:	<input type="checkbox"/>
- Descrição das fases já realizadas e a realizar;	<input type="checkbox"/>
- Indicação expressa da fase a concretizar e respetiva descrição;	<input type="checkbox"/>
- Memória descritiva global e da fase que se pretende implementar no âmbito da candidatura;	<input type="checkbox"/>
- Mapa de trabalhos por fases, com quantidades e orçamento das várias fases, com indicação expressa do montante total do investimento com IVA e respetiva taxa. Caso se aplique IVA com taxas diferentes, apresentar os valores parciais com as taxas aplicadas.	<input type="checkbox"/>
- Peças desenhadas e fotografias onde seja claramente evidenciado o estado em que o objeto de candidatura se encontra antes da realização da fase de obras candidatada e através das quais seja claramente visível e comprovável a concretização da fase das obras candidatadas;	<input type="checkbox"/>
- Peças desenhadas sobre o que pretende implementar em cada uma das fases;	<input type="checkbox"/>

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



DOCUMENTOS ENTREGUES (a preencher pelos serviços)	
Último relatório de contas, quando a entidade esteja legalmente obrigada a dispor deste documento;	<input type="checkbox"/>
Ata de aprovação do relatório de contas assinada pelos seus representantes legais;	<input type="checkbox"/>
Autorizações para consulta da situação tributária e da situação contributiva para a segurança social;	<input type="checkbox"/>
Outros documentos julgados pertinentes	<input type="checkbox"/>

(ficam dispensados da apresentação destes documentos, as entidades cujos documentos já estejam na posse da Câmara Municipal)

Declaração de compromisso:

O representante da entidade assume inteira responsabilidade nos termos da lei, pela exatidão de todas as declarações e veracidade dos documentos entregues na presente candidatura. Falsas declarações implicam o indeferimento do processo.

29 /09/2020

Assinatura e Carimbo: _____



Assinatura do responsável pela receção da candidatura:

PRESENTE NA REUNIÃO
DE CÂMARA DE
28.12.2020 *Filipe*

Confirmo receção dos documentos,

/ /

PRESENTE NA REUNIÃO DE
CÂMARA EXTRAORDINÁRIA
23.12.2021 *Filipe*

Observações